



FORMAÇÃO DE SOLDADOS FEMININOS NO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, ANDROCENTRISMO E IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE DA MULHER

Mônica Luiz Rodrigues¹
Anita Leocadia Pereira dos Santos²

A presente pesquisa assumiu o compromisso ético e político de oferecer voz às mulheres que começam a compor a corporação da PM uma vez que, por meio delas, buscamos investigar a existência e as estratégias de androcenrismo no Batalhão de Polícia Militar, ocorridas durante o Curso de Formação de Soldados - CFSd, entre agosto e dezembro de 2009, em Campina Grande-Paraíba, para identificar as implicações à saúde da mulher policial militar. As questões problematizadoras que se colocaram como elementos de inspiração deste trabalho foram: Como estão sendo tratadas as especificidades femininas no Batalhão da PM? Ocorrem situações de discriminação, dentro da corporação, contra as mulheres que conseguem chegar ao serviço policial militar? As mulheres que acessam ao serviço policial em foco são respeitadas ou desconsideradas em suas características biológicas e sociais? Ocorreram comprometimentos da saúde destas mulheres?

Adotamos o referencial sociológico de Bourdieu (2005), para fundamentar uma visão abrangente do fenômeno em contraposição aos estudos da saúde como vertente isolada e o referencial de saúde em Smeltzer e Bare (1998), Helman (2003), Moore (2007) e Parker (2007).

O universo da pesquisa foi composto pelo grupo das onze alunas do Curso de Formação de Soldados 2009, realizado em Campina Grande-PB, sendo este município o local de residência de todas as alunas. A faixa etária delas variou entre 21 e 30 anos de idade e, no tocante a escolaridade, uma possui o ensino médio completo, seis estavam cursando o ensino superior e quatro já o concluíram. Apenas duas já possuíam filhos e uma destas engravidou novamente durante o curso.

Realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho exploratório, já que o conhecimento disponível em relação a essa problemática é incipiente, conforme comprovado pelas buscas de produções acadêmicas sobre a temática. Adotamos estratégias de pesquisa participante viabilizada pelo vínculo empregatício da pesquisadora junto a instituição pesquisada e pela atuação como oficial e ministrante de uma disciplina no CFSd junto ao grupo pesquisado; tratou-se ainda de

1Graduada em Enfermagem pela UEPB; Capitã da Polícia Militar da Paraíba. thundracg@hotmail.com.

2Orientadora: Msc. em Educação; Professora Assistente da UFPB; Doutoranda em Educação PPGE-UFPB. anitaleopereira@yahoo.com.br.



um estudo de caso, por se reportar a um fenômeno contemporâneo e circunstancial, através da investigação de uma unidade que se analisa profundamente: o Curso de Formação de Soldados – CFSd, versão 2009.

Tratou-se, então, de um caminho de elaboração teórica em que se procura dar sentido a um conjunto de dados empíricos aparentemente dissociados, com vistas à compreensão de seus reflexos na saúde da mulher segundo a perspectiva da equidade de gênero, em contraposição ao androcentrismo na atividade policial militar. Os procedimentos adotados para a coleta e sistematização dos dados foram: a observação participante, portanto, aproximou-se da pesquisa-ação, além de entrevistas individuais e de grupo focal. A opção por essa metodologia tornou possível a interação da pesquisadora com o objeto de sua investigação que, segundo Kincheloe (2007, p 17) é sempre complexa e imprevisível, requerendo que a pesquisadora aja como negociadora metodológica e, conseqüentemente, caracterizando a bricolagem, entendida como “processo cognitivo de alto nível que envolve construção e reconstrução, diagnóstico contextual, negociação e readaptação”.

A chegada ao curso

O ingresso para o CFSd deu-se mediante concurso de abrangência Estadual, composto das seguintes etapas: exame intelectual, de caráter classificatório e eliminatório; exame de saúde, de caráter eliminatório; exame de aptidão física, de caráter eliminatório; exame psicológico, de caráter eliminatório; e avaliação social, de caráter eliminatório. Findo todo processo de avaliação do concurso e, sendo declarados aptos à atividade policial militar, os alunos foram encaminhados às suas respectivas cidades para ingressarem no Curso de Formação de Soldados 2009, enquanto que as alunas foram destinadas ao Centro de Ensino em João Pessoa, com a justificativa de que apenas este estabelecimento teria acomodações adequadas à elas.

Evidencia-se pois, na polícia militar, uma das marcas do androcentrismo: a humanidade centrada na figura do homem, a partir do qual toda estrutura física e organizacional é pensada, onde “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra”. (BOURDIEU, 2005, p 18).

Tal fato, configura-se como um dos primeiros elementos que dificultam e limitam o ingresso da mulher na PMPB pois, de imediato, elas devem desligar-se de suas residências e pessoas, que porventura dela necessitem, pelo período de nove meses (duração do curso).



Entretanto, o efetivo feminino, sujeito desta pesquisa, que prestou concurso para Campina Grande e mais uma aluna inscrita em Patos, num total de 11 mulheres, conseguiram mediante muitos esforços, após cumprirem a primeira semana de formação, ser remanejadas para obterem formação junto ao efetivo masculino, em Campina Grande. Em razão de não ser assegurado às mulheres o direito a participarem do Curso no seu domicílio ou na cidade para onde se inscreveram, imprime-se nelas o sentimento de “visitante” dentro do Batalhão, e assim o sendo, de nada deverão reclamar ou queixar-se e, muito menos exigir, pois já estão lhes fazendo “o favor” de recebê-las.

Esta compreensão invisibilizou as mulheres durante o curso de várias maneiras, especialmente com relação às questões da saúde feminina, fator que em muito dificultou a permanência das alunas no curso, como discutiremos mais adiante.

Igualdade que fez adoecer

Smeltzer e Bare (1998), Moore (2007) e Parker (2007), afirmam que, ao contrário do homem, que é protegido por sua anatomia, a mulher é mais susceptível ao desenvolvimento de infecções vesicais, em razão do reduzido comprimento da uretra feminina, associado a seus limites anatômicos com a vagina, glândulas periuretrais, reto e ânus.

Assim, fatores biológicos, associados ao fato de que os alunos e alunas utilizavam por uma média de doze horas, diariamente, calça jeans, tênis e blusa branca e, considerando-se ainda o clima quente que vivenciavam e o treinamento físico intenso ao qual foram submetidas durante o curso, predispuseram as mulheres a um maior risco de adoecimento por infecção urinária. De acordo com as entrevistadas, a maioria das alunas foi acometida pela infecção urinária: oito doentes entre as onze, com recidivas.

Quase todas tiveram infecção urinária, eu até tive duas vezes, uma no início e outra agora no fim do curso, inclusive ainda to fazendo tratamento (Grupo Focal)

Apesar de admitirem que necessitavam de vestimentas e cuidados higiênicos diferenciados, em relação ao homem, as alunas abstinham-se do direito de solicitar idas mais freqüentes ao banheiro, bem como a ingestão de água adequada e necessária à manutenção da saúde. Isto, porque, tais atitudes seriam, provavelmente, interpretadas como sinal de fraqueza.

Nessa perspectiva, Louro (2004, p 45) esclarece que a diferença de gêneros, inicialmente relacionada às distinções biológicas, serviu para justificar distinções físicas, psíquicas, comportamentais, para indicar diferentes habilidades sociais, as possibilidades e os destinos “próprios” de cada gênero.



Com efeito, ao se inserir numa instituição fortemente marcada pela masculinidade viril, em que são tidas como invasoras, as alunas são forçadas a adotar a norma dominante como força e resistência, e a repudiar as características e necessidades femininas, inclusive as biológicas. A esses modos de ser/agir no mundo, Bourdieu (2005, p 33) chamou de *habitus* de gênero, que se manifestam através de uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), alterando os usos dos mesmos.

Problemas ginecológicos

A dismenorréia é uma menstruação dolorosa caracterizada por dores tipo cólicas que começam antes ou logo depois do início do fluxo menstrual, continuando por dois a três dias. Fatores psicológicos, tais como ansiedade e tensão podem contribuir para seu surgimento (SMELTZER e BARE, 1998, p 1068).

A dor está sempre atrelada ao adoecimento e costumeiramente relacionada à fraqueza. Assim, nas instituições militares, resistir à dor, é sinônimo de força. Oriunda dos cansativos exercícios, a dor é considerada normal, fazendo parte do treinamento, senti-la e calar.

Neste sentido, a mulher tende a negligenciar suas dores, em especial, as ginecológicas, pelo simples fato destas lembrarem aos demais e a si mesmas que elas são diferentes biologicamente e requerem tratamento diferenciado, possibilitando ao homem, ao poder masculino, utilizar-se deste fato para confirmar a inadequação da mulher. Então, elas são induzidas a se omitir e negar o próprio direito de adoecer e de se afastar das atividades, temendo estar fazendo algo errado.

Segundo Helman (2003) a maneira como as pessoas comunicam a dor – se é que o fazem – aos profissionais de saúde ou a outras pessoas, bem como a forma como percebem e reagem à dor, tanto em si mesmas como em outras pessoas, pode ser influenciada pela sua origem e formação cultural e social. “Parte da decisão de tornar pública ou não, a dor privada, depende da interpretação individual da significância da dor, por exemplo, se a dor é considerada normal ou anormal”.

Para a corporação policial a dismenorréia poderia ser considerada anormal, por ser constituinte das mulheres, que influenciadas pelo contexto social onde estão inseridas, justificou a necessidade de continuarem trabalhando, mesmo sentindo dor, e negligenciarem ao tratamento:

A maioria tinha cólicas, mas a gente agüentava a dor, só saía da sala, ou das atividades quando era algo que não desse mesmo pra ficar, pra evitar de dizerem que a gente ‘tava com desenrolada’ pra fugir das atividades (Grupo Focal)



A vergonha e o medo de não serem entendidas, fez com que as alunas negligenciassem a prevenção e o tratamento de algumas patologias ginecológicas que lhes acometeram durante o curso. A saída delas para qualquer tratamento era dificultada durante as aulas, e até após seu término, pelo fato de que os homens aos quais elas eram obrigadas a solicitar liberação, os instrutores e coordenadores, não compreenderem, ou simplesmente desvalorizarem as questões da saúde feminina, bem como podiam não possuir o conhecimento de que a maioria dos tratamentos ginecológicos, para a devida eficácia, requerem dias previamente determinados conforme o ciclo menstrual de cada mulher.

Uma vez eu precisei fazer uma ultrassom, porque foi constatado que eu estou com endometriose. (...) O médico pediu que eu refizesse a ultrassom, no último dia da menstruação. Tive que me dirigir pra um homem, um sargento e eu tinha que explicar a ele porque eu tinha que sair naquele dia (...). Tentei tratar esse assunto com naturalidade, cheguei e disse isso. Ai o..., a pessoa olhou pra mim e fez “e o jeito né”. Não dá pra entender, eles não conseguem entender, nem dar importância (Entrevistada 6)

Na entrevista individual houve o relato de uma aluna que estava fazendo um tratamento de cauterização uterina e, portanto, fazia uso de um tampão ginecológico posto em contato com o colo uterino. Durante o período em que se tratava foi escalada como plantão de alojamento devendo fazer rondas em torno das salas de aula e alojamentos do quartel.

Comecei a sentir muita cólica, pedi ao sargento pra ir ao alojamento e vi que tava sangrando, então resolvi tirar o tampão, mas quando puxava doía muito aí eu parava e tentava de novo, mas não consegui, como demorei o sargento foi no alojamento atrás de mim, aí tive que engolir o choro e disfarçar, falar que já ia, foi quando as outras alunas chegaram e me viram deitada chorando uma disse que puxaria o tampão pra mim, não sei quem tremia mais, se eu ou ela, enquanto isso as outras ficaram na frente conversando com o sargento, dizendo que eu já ia pra ele não ouvir meu gemido (Entrevistada 5)

Numa fiel exemplificação da violência simbólica invisível às suas próprias vítimas, as alunas, para manter a aparência forte e rija deixaram de demonstrar a dor e o sofrimento que vivenciavam. A força dessa violência, segundo Bourdieu (2005, p52) se manifesta sobre os corpos sem qualquer coação física a partir da colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque os constroem como poder.

Dentre todas as alunas, apenas uma não sofreu adoecimento relacionado à ginecologia e anatomia feminina. Entretanto, sua punição residiu na esfera afetiva.

Eu não tive nenhuma doença ginecológica, mas, quando eu entrei na polícia meu noivo não quis aceitar porque ele dizia que isso não era coisa pra mulher, e terminou o noivado (Grupo Focal)

Assim, ao ingressar na polícia, esfera masculina, as mulheres também sofrem perdas no perímetro afetivo. O preconceito e a rejeição como mulher, também ocorre por parte de quem está



fora do contexto policial, na sociedade externa e até por parte daqueles que, teoricamente, deveriam apoiá-las.

O caso da aluna grávida

Ao descobrir-se grávida, com o intuito de justificar sua ausência nas atividades físicas, a aluna comunicou sua gestação à coordenação do curso, que era exercida por uma oficial. Contudo, a partir deste momento, ela passou a ser escalada com maior frequência e execrada publicamente. Um dos sargentos da coordenação, após o anúncio da gestação, sempre que a via, dirigia-lhe palavras grosseiras e ameaçadoras como: “*Engravidou para desenrolar o curso (...) você e seu filho vão morrer de parto antes de mim*” (Entrevistada 11), fazendo-a sentir-se inadequada à instituição pelo fato de estar grávida.

No meu caso o que mais me afetou foram os fatores psicológicos, porque algumas coisas que eu não poderia fazer (...) e eles dizendo que não era pra eu estar ali, ali não era o meu lugar, devido o estado que eu estava de gravidez. (Entrevistada 11)

Durante uma instrução, que ocorreu em dia chuvoso, como todos estavam na chuva, colocaram-na, juntamente com os demais “baixados” (aqueles(as) que por motivo de saúde, encontravam-se fora das atividades físicas), com os braços abertos e mãos em forma de concha voltadas para cima, dizendo-lhes para só sair da chuva depois que enchesse as mãos de água. Durante outro exercício, quando todos estavam perfilados sob o sol, foi exigido que a aluna grávida, mesmo com atestado médico que a proibia, também fosse para o sol

Vale salientar, que tais fatos e os demais ocorridos davam-se em locais variados, inclusive na presença da aspirante coordenadora, que por vezes reforçou as atitudes do sargento, solidarizando-se com a causa androcêntrica e instituindo a violência simbólica por intermédio dessa adesão que concede ao dominante, por deixar de compreender a submissão encantada que constitui o efeito característico dessa violência (BOURDIEU, 2005, p 53) fazendo-a requerer para si o *habitus* masculino viril enquanto única forma correta de ser e agir.

Depois de algum tempo sendo submetida a tratamento discriminatório, a aluna grávida procurou a autora desta pesquisa e narrou os fatos, que foram negados pela oficial coordenadora e pelo sargento em questão.

No entanto, as agressões eram reais e culminaram com um “tapa na cara”, dentro da sala de aula e diante de todos os alunos que, associado a um estresse psicológico cumulativo, fez a aluna grávida alterar-se emocionalmente e, em casa sentiu cólicas e teve um sangramento discreto,



resolvendo então dirigir-se a um hospital, onde foi diagnosticado um princípio de aborto. Porém, se existiu relação direta entre os fatos ocorridos no quartel, e o quadro de saúde estabelecido, a médica que lhe atendeu não pôde precisar.

Daí então, esta pesquisadora passou a intervir, levando os fatos ao conhecimento do comandante do batalhão, que determinou a substituição imediata do sargento e da oficial envolvida, bem como providenciando e se fazendo presente às consultas e exames subseqüentes, além de produzir o documento que deu origem aos procedimentos administrativos que apuraram as responsabilidades da oficial coordenadora, punida com três dias de detenção, e do sargento ora sem punição por ter sido comprovado que houve um crime militar e, portanto, cabendo ao juiz auditor militar impor sanções, para quem os autos foram encaminhados e aguardam parecer.

Apesar de todos esses percalços a aluna grávida conseguiu ter uma filha saudável e concluir o curso.

Considerações Finais

A partir da pesquisa realizada concluímos que o Batalhão é um ambiente preponderantemente masculino, e constitui-se em um representante do androcentrismo. As mulheres que acessam ao serviço policial em foco são negligenciadas em suas características humanas biológicas e sociais e sofrem comprometimentos da saúde física e mental, especialmente no tocante às questões da saúde especificamente feminina. Ficou evidente que as alunas do CFSd-2009 sofreram discriminação por serem mulheres, sentiram falta de uma oficial feminina que de fato as apoiasse em suas especificidades e enfrentaram muitos percalços para permanecerem na formação e consolidarem seus lugares na instituição.

Apesar dos anos de acesso à Polícia Militar, a mulher ainda não conquistou definitivamente seu lugar nesse universo e sua presença dentro dos quartéis é estranha e intensifica a competitividade entre os sexos. O comando masculino querendo reafirmar sua superioridade, submete as mulheres a rotinas estressantes e, por vezes, desumanas, com marcas da iniquidade de gênero. Assim, diante das mudanças nas relações do mundo do trabalho, o androcentrismo encontra estratégias que possibilitam a continuidade da lógica de dominação masculina: as permanências na mudança (BOURDIEU, 2005, p 110).

A conquista profissional, da mulher em integrar os quadros policiais militares através de concurso, ainda não lhes garante o devido reconhecimento e respeito. Como alunas, passam por uma experiência, que lhes exige muito em troca. Delas, é extorquido, tacitamente, parte de sua



saúde física ou psicológica e possivelmente, a sua identidade feminina. Ademais, inscritas na lógica androcêntrica, muitas vezes elas não atentam para tais perdas e as naturalizam, ao ponto de não questioná-las.

Reconhecemos que diante das diferenças biológicas entre homens e mulheres, há necessidade de um tratamento que prime pela equidade, ao contrário das desigualdades e “igualdades” constatadas. Romper com a prática androcêntrica, tão danosa à saúde da mulher, que permeia a Polícia Militar requer que passemos a questionar e desconfiar, das relações de poder instituídas como naturais, para identificar os pontos estruturantes que mantêm a ordem injusta, e romper com o ciclo de produção e reprodução das práticas que tentam invisibilizar, punir e eliminar o feminino do espaço para o qual o direito de fazer parte foi tão arduamente conquistado.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- HELMAN, Cecil G. **Cultura, saúde & doença**. Tradução de Claudia Buchweitz e Pedro M. Garcez. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- KINCHELOE, Joe L. O poder da bricolagem: ampliando os métodos de pesquisa. In: KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathleen S. **Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem**. Porto alegre: Artmed, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MOORE, Keith L.; DALLEY, Arthur F. **Anatomia orientada para a clínica**. 5. ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2007.
- PARKER, Steve. **O livro do corpo humano**. Rio de Janeiro: Ciranda Cultural, 2007.
- SMELTZER, Suzanne C.; BARE, Brenda G. **Brunner & Suddarth - Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.